

PAIVA, Vanilda. *História da educação popular no Brasil; educação popular e educação de adultos*. 9ª ed. São Paulo: Loyola, 2003. Nota n. 228, p. 488-492.

A caracterização do MOBRAL como programa de alfabetização funcional deve ser avaliada à luz das peculiaridades dos projetos dessa natureza assistidos pela UNESCO. O Programa Experimental Mundial de Alfabetização da UNESCO, no momento em que o MOBRAL iniciou suas atividades, não recomendava a organização de programas de massa; ao contrário, interessava-se pela montagem de microexperiências em meio urbano e rural, abrangendo entre 300 e 1000 pessoas, a fim de estudar os custos da alfabetização por indivíduo e de buscar métodos de alfabetização verdadeiramente funcionais, em face dos sucessivos fracassos das campanhas de massa e também da estratégia de vincular os programas de educação dos adultos ao desenvolvimento comunitário. Com o objetivo de montar tais experiências no Brasil, a UNESCO entrou em contato com organismos brasileiros. Os primeiros contatos foram propiciados pelo pedido de assistência técnica da SUDENE ao organismo internacional. A própria SUDENE, entretanto, desistiu do acordo após a realização do Seminário de Educação e Desenvolvimento, em 1967, sob a alegação de que não pretendia entrar na parte executiva do programa de educação de adultos em 1968. Os entendimentos da UNESCO com organismos brasileiros, entretanto, prosseguiram. Em 1968, a UNESCO propôs ao governo brasileiro um projeto experimental global para ser iniciado em janeiro de 1969, com duração de 5 anos. O projeto global seria subdividido em 4 ou 5 subprojetos, pretendendo atingir no conjunto entre 100.000 e 150.000 pessoas (cerca de 25.000 pessoas por subprojeto). O objeto era aperfeiçoar instrumentos pedagógicos destinados à alfabetização funcional e estudar condições em que sua utilização poderia ser melhorada pelos meios de comunicação de massa, testar material didático e aperfeiçoar os métodos de formação de instrutores e monitores que poderiam ser sistematizados e generalizados, em etapa posterior, através do MOBRAL.

A coordenação do projeto proposto, a nível federal, se faria através de um Comitê Consultivo de Coordenação formado por representantes dos ministérios e organismos federais vinculados ao MOBRAL. Este Comitê se encarregaria de coordenar os seguintes subprojetos:

1. Projeto de alfabetização funcional de operários no setor da construção civil em São Paulo com a colaboração do SENAI/SESI, com o patrocínio da Federação das Indústrias de São Paulo e da Prefeitura da cidade. A primeira fase do projeto pretendia atingir trabalhadores qualificados analfabetos ou semianalfabetos, estendendo-se na segunda fase a trabalhadores por setor. Finalmente previa uma terceira fase de expansão do projeto pelo país ou a organização de um programa de acolhida e integração à classe operária paulista dos trabalhadores migrantes vindos de outros Estados.

2. Projeto de alfabetização funcional e iniciação técnica polivalente dos trabalhadores da zona industrial de Aratu e da cidade de Salvador, na Bahia, com a colaboração da Secretaria de Educação do Estado, do SENAI/SESI e com o patrocínio da Federação das Indústrias da Bahia. Este projeto pretendia atingir inicialmente os operários de 27 empresas, bem como criar condições

para a formação de uma reserva de mão de obra para abastecimento das necessidades da indústria local.

3. Projeto de alfabetização funcional e aperfeiçoamento de mão de obra industrial analfabeta ou semianalfabeta das oito maiores empresas da Guanabara, com a colaboração da Secretaria de Educação do Estado, do Senai/Sesi e das companhias interessadas.

4. Projeto de alfabetização e formação de mão de obra rural qualificada no Nordeste do Brasil, visando à integração da ação comunitária, da alfabetização e educação de adultos, da extensão rural e da formação de agricultores. Este projeto se dividiria em várias experiências ligadas ao Grupo de Irrigação do Vale de São Francisco, ao INCRA (Quatis e Caxangá) e a COHEBE.

Paralelamente, a UNESCO propôs colocar a disposição do Mobral, por um ano, um técnico em alfabetização funcional a título de assistente técnico do PNUD. Dai resultou a vinculação de Mr. Field ao MEC em 1969 e o prosseguimento das tentativas de realizar os projetos propostos. Durante esse ano, o perito da UNESCO tentou prestar assessoria a Cruzada ABC, desistindo em seguida, em face do tipo de programa desenvolvido por aquela entidade. Os contatos para a realização dos experimentos urbanos (São Paulo, Guanabara e Bahia) não surtiram efeito. Os projetos rurais, entretanto, tiveram melhor sorte. Chegou a se realizar a experiência de Quatis [projeto de assentamento do INCRA no agreste pernambucano], com a colaboração da ABCAR [ANCARPE], em suas diversas fases: a primeira delas previa a elaboração de material didático-pedagógico com base em estudos socioeconômicos da região e a formação de agentes de extensão rural, para a familiarização com os métodos e técnicas de alfabetização funcional; a segunda fase previa a alfabetização e formação de 300 líderes que serviriam como instrutores da alfabetização funcional (através de estágios de 600 horas durante 15 dias, ou um mês em regime de tempo integral); a terceira fase era a de organização de cursos de 300 horas (distribuídas em um ano) para adultos analfabetos que fizessem parte da população ativa, sob a responsabilidade dos líderes treinados, e sob a supervisão e controle dos agentes de extensão rural preparados na primeira fase. Esta experiência, realizada com recursos obtidos por meio do Mobral, não logrou ser estendida a toda a área prevista pela Abcar [Ancarpe]; realizou-se apenas a primeira fase, sendo paralisada a experiência e afastados os técnicos responsáveis. Os conflitos e debates decorrentes da experiência provocaram um clima de mal-estar entre o perito da UNESCO e o governo brasileiro, que não renovou a solicitação de seus serviços.

As vicissitudes dos planos e projetos de alfabetização funcional no Brasil estão ligadas claramente ao problema das consequências políticas de tais programas. A modificação da posição da SUDENE em 1967, da mesma forma, prendia-se a mudanças em sua orientação com relação ao problema, a fim de acatar a opção do governo federal em favor de um programa de massa orientado pelos norte-americanos. Em seguida a experiência de Quatis [na área do INCRA] mostrava o perigo que poderia representar para os objetivos do governo a entrega de tais programas a elementos técnicos descomprometidos da sedimentação do poder constituído através da educação. A orientação técnica foi abandonada em favor de uma orientação

política, embora mantivesse o MOBRAL a terminologia da UNESCO. Apesar de tudo isso, no entanto, uma experiência de alfabetização funcional logrou funcionar no Brasil e suas características nos permitem observar o quanto as atividades alfabetizadoras do MOBRAL se afastam de uma alfabetização funcional.

A experiência da Cia. Vale do Rio Doce, em Vitória, foi iniciada em 1968 com o objetivo de experimentar um método de alfabetização funcional baseado na integração da formação profissional, da formação socioeconômica e da alfabetização propriamente dita, visando a melhoria da produtividade dos trabalhadores. Tratava-se de uma micro-experiência numa unidade econômica industrial que propiciaria ocasião para a realização de uma pesquisa metodológica em matéria de alfabetização funcional. Os trabalhadores que participaram da experiência foram escolhidos depois de uma consulta à empresa e da identificação dos pontos de estrangulamento no funcionamento da mesma. Tratava-se de identificar os grupos de trabalho que apresentassem maior frequência de comportamento disfuncional à produção (acidentes de trabalho, desperdício de matéria-prima, descaso no tratamento das máquinas e do local de trabalho, absenteísmo, desordem, pane nas máquinas, horas suplementares demasiado numerosas etc.). Nesses grupos foram escolhidas as duas equipes que compuseram a primeira experiência, num total de 60 operários analfabetos e semianalfabetos. O ensino, ministrado no local e durante o horário de trabalho, como um ato de trabalho e remunerado como tal, era ministrado em aulas individuais pelo chefe da equipe ou por um operário alfabetizado sob a supervisão de um monitor qualificado. O programa diário abrangia um total de 30 minutos, com 5 objetivos principais:

1. O aperfeiçoamento da mão de obra empregada, considerado como formação preventiva ligada à segurança do trabalhador (evitar acidentes de trabalho), à qualidade do trabalho e ao tratamento do material (evitar estragos em material importante e melhorar a manutenção).

2. A intelectualização dos operários através do ensino da leitura, da escrita, do cálculo elementar (adição e subtração) e de rudimentos de desenho industrial, em relação direta com o trabalho habitual dos mesmos.

3. A formação socioeconômica e cívica, através da transmissão de informação pela leitura de frases adaptadas ao vocabulário conhecido pelo operário naquela semana e da discussão livre sobre problemas da empresa, da vida social e econômica e de reclamações.

4. A aculturação científica, através das próprias fichas socioeconômicas e de instruções técnicas.

5. A formação profissional, através da inclusão de 2 minutos de leitura em comum de um catecismo industrial adaptado ao meio profissional dos alunos e de 3 minutos de discussão livre sobre problemas de trabalho.

Todos esses objetivos eram levados em consideração na distribuição do tempo diário: 10 minutos para discussão livre, 10 minutos para leitura de fichas socioeconômicas e 10 minutos para a aprendizagem da leitura por uma espécie de “condicionamento pavloviano”. Posteriormente, com a introdução da escrita (a partir da 50ª lição), foram adicionados mais 10 minutos ao tempo total.

O método utilizado substituía fichas ou manuais por um trabalho estatístico realizado em computador para determinar o valor da frequência das sílabas (pesquisadas nos métodos anteriormente empregados no país e através de entrevistas para chegar a um vocabulário válido e compreensível pelos trabalhadores, por categoria profissional e área geográfica) e pretendia ensiná-las segundo esta ordem. O ensino individual foi programado à razão de 5 sílabas e 5 palavras correspondentes por lição; a partir da 5ª lição eram introduzidas 3 frases por semana com as palavras conhecidas e somente a partir da 50ª lição o aluno começava a aprendizagem da escrita e a partir da 75ª a do cálculo. O ensino foi programado para 108 lições/dias (540 sílabas) no final dos quais o aluno deveria saber ler e escrever 2.300 palavras do vocabulário de base, sendo considerado semialfabetizado. Em seguida, era-lhe oferecido um aperfeiçoamento de um mês.

O sistema experimentado na Cia. Vale do Rio Doce propunha uma intervenção pedagógica através do canal da hierarquia natural da empresa, pois o método era integrado na própria organização de produção. Embora se colocassem alguns problemas à sua utilização e o próprio sistema tenha sido objeto de muitas críticas, os resultados pareciam encorajadores e a própria empresa cogitou em generalizar a experiência, estendendo-a a 10.000 trabalhadores. O fato da produção, nas unidades em que os trabalhadores eram liberados durante uma hora diária para a experiência, ter se mantido nos mesmos níveis demonstrava que a produtividade havia crescido durante a realização do projeto.

A primeira experiência, prevista para quatro meses, na realidade funcionou durante seis meses. Repetida com novos alunos, o novo projeto teve duração de três meses e os que fizeram o curso tiveram oportunidade de buscar os cursos de educação de base mantidos pela empresa. Dois anos depois, não tendo a Cia. Vale do Rio Doce realizado o plano de extensão, procedeu-se à aplicação de um teste para verificar a regressão. Entre os alunos da primeira experiência (seis meses) não ocorrera regressão; entre os da segunda alguns foram convidados a participar de classes para semianalfabetos.

Sobre a experiência da Cia. Vale do Rio do Doce, consulte-se especialmente: Cia. Vale do Rio Doce. *Projeto experimental de alfabetização funcional*. s.n.t. e Field, E. *Projet experimental d'alphabetization fonctionnelle de la Cia. Vale do Rio Doce au Bresil*. Unesco, 1969.